

POSSIBILIDADES DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DOCENTES, DE PESQUISA E TÉCNICO-PROFISSIONAIS POR ANTROPÓLOGOS NO BRASIL *

Mário Wagner Vieira da Cunha

Diretor do Instituto de Administração
da Universidade de São Paulo

Restringir-nos-emos à consideração da segunda parte do tema desta sessão, ou seja, às possibilidades de exercício de atividade técnico-profissional dos antropólogos em instituições públicas e particulares do país.

Não podemos esconder que certos escrúpulos sempre surgem ao se tratar tema como êste que, pôsto em palavras cruas, é saber como o antropólogo pode ganhar a vida. A razão de ser dessa “vergonha” já no-la deu Parsons¹ ao apontar o paradoxo da nossa Sociedade capitalista que opõe o profissional liberal ao “homem que ganha dinheiro” — o *business man*.

Importa, desde logo, lembrar que a antropologia não é um conjunto de conhecimentos e métodos que existe no ar. Ela tem base em uma organização de que são parte essencial os antropólogos, e não só o antropólogo como cabeça pensante e sim, de corpo inteiro, com as suas idiossincrasias, a sua necessidade de comer e vestir-se, o seu desejo de constituir e manter família.

Todavia, não vamos colocar o problema como o dissemos anteriormente — como pode o antropólogo ganhar a vida? Mesmo porque então, principalmente neste país, teríamos de considerar o grupo de antropólogos que vive de rendas — são poucos, ao que me parece; os que são “cabides de empregos” etc. Aqui, presa em parte dos preconceitos “idealizantes” das profissões liberais, nos restringiremos a saber como pode o antropólogo ganhar a vida trabalhando como antropólogo. Por outras palavras, vamos considerar, como é aliás o tema proposto, as oportunidades de exercício de atividade docente, de pesquisa ou técnico-profissional do antropólogo. E, como essas oportunidades não nos parecem muitas e precisam, no interesse da própria ciência, ser desenvolvidas, vamos antes nos referir às suas possibilidades de expansão.

Começemos pelas atividades de ensino da antropologia. Pensamos, então, imediatamente, nas Faculdades de Filosofia. Além destas, talvez, somente mais umas poucas escolas, entre elas a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, oferecem oportunidades de colocação ao

(*) Comunicação feita na 1a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, de 8 a 14 de novembro de 1953.

antropólogo no desempenho de atividades docentes. A expansão dessas oportunidades é de se desejar. Nas Faculdades de Filosofia, dado o número de alunos, a multiplicação das oportunidades de ensino, mediante a criação de professores de turmas, obedeceu a um fator que não é de se esperar que tão cedo possa influir na multiplicação das posições de ensino de antropologia em nossas escolas. Há, porém, a grande necessidade de desdobrar a cátedra de antropologia, pois, ainda que se cogite somente da atividade docente dos seus ocupantes, não é fácil, como já foi exposto em outra sessão, a uma mesma pessoa dominar os campos clássicos da antropologia: a arqueologia, a antropologia física, a lingüística, a etnologia e a antropologia cultural ou social. Todavia, enquanto a antropologia tiver função complementar na formação de geógrafos ou historiadores e de "cientistas sociais", o seu ensino tenderá a se reduzir — e talvez assim deva ser — a um curso geral de caráter introdutório, dado a quem não se espera venha a ser antropólogo. Assim, a pressão no sentido de desdobrar a cátedra de antropologia, para atender-se à especialização de seus campos, não será grande, pois, como curso de introdução, é conveniente que seja dado por uma só pessoa, para melhor integração da matéria. A fragmentação, como nesta Reunião foi lembrada, da cátedra atual para corresponder ao fato de que o curso é dado na secção de geografia e história e, também, na de ciências sociais, não se justifica. Na verdade, como curso de iniciação, não se compreende por que diferenciá-lo, quando dado em uma ou outra das duas secções citadas.

A real necessidade de fragmentar a cadeira de antropologia advirá da conveniência de especializar e aprofundar o seu ensino. Na estrutura presente das Faculdades de Filosofia, isto antes se faria para atender ao doutoramento em antropologia, mediante a simples especialização dos professores e assistentes ligados à cadeira e, é claro, graças ao aumento do número destes últimos.

Ainda, dentro da cogitação única da atividade docente do antropólogo, a multiplicação das posições de ensino da antropologia em nossas escolas, e de preferência segundo um propósito de especialização do pessoal docente, se daria para atender encargos docentes extra-curriculares. Entre estes está, prevista na organização universitária, a realização dos *cursos de extensão*, a cargo do pessoal da cadeira (inclusive os livre-docentes) e de especialistas de fora da escola. Ainda que precária a realização desses cursos, não é possível de antemão dizer em que medida terão acolhimento, a ponto de se tornarem atividades regulares.

Outras atividades extra-curriculares admitidas são os *cursos especiais* estabelecidos mediante acordos com instituições interessadas. Tal instituição pode ser um departamento da própria Faculdade, como no caso do Departamento de História, interessado em promover para os alunos de história antiga um curso de arqueologia clássica; pode ser

uma instituição estranha à Faculdade: um serviço público, um museu, uma empresa. Assim, o Exército poderia vir a interessar-se por um curso de antropometria, ou mesmo de antropologia física, dado em cada uma das Regiões Militares aos oficiais e outras pessoas encarregadas do registro dos convocados para o serviço militar.

Menção ainda deve ser feita à atividade docente a ser exercida através de palestras, folhetos e outras formas de divulgação de conhecimentos de antropologia que, levados ao público em geral, contribuirão para o desenvolvimento de uma mentalidade indispensável ao êxito de certos serviços públicos, como o Serviço de Proteção aos Índios e o de proteção ao nosso patrimônio artístico e cultural, onde se incluem, sem dúvida, as jazidas arqueológicas.

Indicadas, assim, em grandes pinceladas, as possibilidades de atividades docentes dos antropólogos, poder-se-ia levantar, a seguir, o problema da formação dos antropólogos para tais atividades. Na verdade o problema não existe. Antropólogo que não tenha sido formado como cientista não é antropólogo. Nem precisa o verdadeiro antropólogo receber um cursinho de didática para se tornar professor de antropologia, especialmente quando vai exercer sua atividade docente com adultos e, de ordinário, no ensino superior. Assim, nada julgamos necessário avançar sobre a formação do antropólogo para o exercício da atividade docente. Ele será bom docente na medida em que seja bom antropólogo. E bom antropólogo é quem recebeu o treinamento de cientista nessa disciplina, ainda que venha a ser administrador de museu, professor ou técnico, dentro da especialidade.

Passemos a considerar as atividades de pesquisa. No Brasil, quando pensamos em atividade de pesquisa, não são as universidades que nos ocorrem sempre à mente. É que é ainda de ontem a nossa tradição de ensino superior, em que a função única dos professores — então chamados lentes — era, como nas escolas secundárias, a de transmitir conhecimentos. Hoje está no consenso geral que, além das atividades docentes, os professores universitários devem contribuir para a elaboração da ciência. Todavia, na sua estrutura, as nossas universidades ainda são, predominantemente, entidades docentes, quando o que importa conseguir é, precisamente, inverter o que aí está, ou seja, pôr na base da estruturação das universidades a atividade de pesquisa. Sobre esta base se arrumarão os cursos para que sejam atendidas as múltiplas e variáveis necessidades de treinamento. Assim, teremos professores-cientistas que ajuntarão às suas atividades científicas as docentes. Não se diga que com isto se sacrifica o ensino. Nunca poderia estar este mais prejudicado do que quando, feito por pessoas que não têm trato direto e cotidiano com a realidade a que se referem em suas aulas, não podem deixar de dar a estas um cunho livresco ou, pior ainda, “cerebrino”, “filosófico”, “alucinante”, no pior sentido destas expressões.

Quando, pois, pensamos em atividades de pesquisa, ainda somos levados a nos reportar, de preferência, aos institutos de pesquisa, de criação anterior às nossas universidades e que, às vezes, ainda não se integraram de todo nestas. Isto é verdade, especialmente, no caso dos institutos de pesquisas antropológicas.

Diga-se, de passagem, que o que há a fazer, neste passo, não é deixar as universidades à sua sorte de organizações didáticas, tendo a seu lado, mais ou menos independentes, os institutos de pesquisa. Também, não nos parece certo alhear ainda mais os institutos de pesquisa das universidades. É preciso, no benefício de uns e de outros, aproximá-los, o que, legitimamente, só se fará com a mudança da estrutura atual das universidades, menos por obra de um decreto governamental do que pelo incentivo às possibilidades, que existem na estrutura atual, de bem atender às necessidades da pesquisa científica.

Em matéria de expansão das atividades científicas, seja no campo da antropologia ou de qualquer outra ciência, não vemos outra norma a adotar senão a do aproveitamento das reais vocações individuais, depois de convenientemente despertadas e desenvolvidas. A expansão do ensino, como acabamos de ver, se prende à criação de novos cargos e cursos. No caso do desenvolvimento da pesquisa, a questão deixa de ser de posições e alunos e passa a ser de pesquisadores. E como, na verdade, estes, para viver, precisarão perceber determinado salário e ter certas garantias de emprêgo, não será possível condicionar a expansão das atividades científicas a um número de cargos criados, fixados de antemão, em demasia ou deficiência. Será preciso que haja um sistema altamente flexível de criar e extinguir posições para os cientistas. Quando os cargos de assistentes nas universidades não eram criados em número certo, ao menos nesse caso, se tinha uma norma adequada às necessidades do desenvolvimento científico. O receio, justificado em muitos casos, de se criarem cargos para as pessoas, fora das necessidades reais dos serviços públicos, levou ao exagero de apanhar, sob aquela mesma regra, a criação de posições nas universidades. Estas não devem ser criadas de acôrdo com as necessidades do ensino, e sim de acôrdo com as necessidades da pesquisa. Terão que atender às pessoas, quando estas tenham demonstrado capacidade de desenvolver ou criar um campo de atividade científica.

É, pois, para o despertar e desenvolver das reais aptidões científicas que devemos nos voltar para fomentar a expansão das atividades atuais de pesquisa científica no campo da antropologia, ainda que saibamos que assim procedendo poderemos criar vários desajustamentos pessoais, por força das apontadas características da nossa organização científica e universitária. Por certo, de modo indireto, agindo sôbre o recrutamento e sôbre as oportunidades oferecidas ao despertar dessas aptidões, poderemos exercer uma conveniente orientação ao desenvolvi-

mento do corpo nacional de pesquisadores de antropologia. Fique, porém, bem claro que, na situação atual, os professôres de antropologia devem sair das suas comodidades e preconceitos para defender o direito que tem um dos seus alunos brilhantes de obter posição que lhe garanta, a bem da antropologia e do país, exercer suas reais aptidões para o trabalho científico em antropologia. Por certo, esta é uma das mais árduas responsabilidades atuais do professor de antropologia. Uma das instituições de cuja falta, neste sentido, mais nos ressentimos, é das bôl-sas de pós-graduação mediante as quais se põem à prova séria as qualidades do aluno para o trabalho científico.

O acatamento e a compreensão que receba a atividade de pesquisa antropológica, entre nós, marcará a medida em que obterá sucesso a luta pela criação de novas possibilidades de trabalho científico para os nossos antropólogos.

Íntimamente ligada à atividade de pesquisa, está a de documentação. Muitas ciências — e entre elas é justo destacar a antropologia — se desenvolveram à sombra de seus centros de documentação, ou sejam, os museus. Ainda hoje, mesmo num país como os Estados Unidos, em que se multiplicam as oportunidades de pesquisa junto às universidades, na verdade o maior número de antropólogos encontra colocação nos museus. E os museus se alastraram naquele país, praticamente por tôdas as cidades. Expandiram suas funções, passando de centros reservados ou privados de pesquisa para centros abertos de estudos. E hoje anexam às suas funções científicas as de divulgação ou ensino, para não falar na atividade recreativa, explorando e criando “hobbies” populares. No Brasil muito temos a fazer neste sentido. Os grandes museus nacionais poderiam auxiliar ou mesmo promover o desenvolvimento de núcleos menores espalhados pelo país. Por que o Museu Nacional, dando expansão ao seu programa de pesquisas nos sambaquis de Santa Catarina, não cogita de promover, naquele Estado, um núcleo permanente de trabalho, criado pelo Govêrno Federal ou Estadual?

A grande cautela a tomar-se na multiplicação dêsses centros de documentação antropológica será não deixar que jamais percam êles o seu caráter científico. Pois, quando isso ocorre, o antropólogo neles não mais tem lugar. Passam a necessitar sòmente de “museologistas” e, mais cêdo do que se espera, se transformam em mostruários mecanizados.

Consideremos, finalmente, as atividades técnicas e consultivas dos antropólogos. São elas que realmente contam para a caracterização de uma profissão. Constituem os serviços vendidos aos clientes. Baseiam-se em técnicas bem definidas e de prestígio para a solução de problemas da vida ordinária dos clientes.

Possui atualmente a antropologia técnicas dessa natureza que lhe permitam, a exemplo do que ocorre no campo da física, ahrir um labora-

tório para "testar" determinados produtos, atitudes ou comportamentos dos indivíduos ou dos grupos humanos ?

O que há de positivo é que a antropologia para o seu desenvolvimento científico vem usando semelhantes técnicas ou métodos de trabalho, cuja aplicação pode ser transferida para a solução de determinados problemas da vida prática. Em trabalho publicado este ano, John H. Rowe² nos mostra quão extensa é a lista das técnicas de trabalho, emprestadas ou não de outras ciências, e de uso ordinário dos antropólogos: a antropometria, a dendrocronologia, a técnica de "split-line" para o estudo de crescimento dos ossos, a técnica de Cook e Treganza para a determinação dos períodos de ocupação dos sítios arqueológicos, as técnicas de análise das línguas indígenas, a técnica de Kasha para determinação dos corantes de tecidos etc. Os inestimáveis serviços prestados, durante a última Grande Guerra, ao Exército norte-americano, pelos antropólogos, no ensino de línguas não-indo-européias, mostram de que valor pode ser a transferência de técnicas desenvolvidas pelos antropólogos. Este exemplo também nos leva a compreender como se abririam, de modo duradouro, campos novos de atividade, para os antropólogos.

No interesse da ciência antropológica, devemos fomentar o conhecimento e o domínio dessa técnica. Com isto se aparelha o antropólogo para atividade técnica que poderá desenvolver-se em ocupação permanente e, talvez, em profissão.

Todavia, tais atividades técnicas não merecem a rigor o qualificativo de antropológicas. Não raro o antropólogo se recusará a exercê-las, com um fim em si mesmas, como se pode observar no caso dos "museologistas", auxiliares que vêm tomando a seu cargo atividades que, de início, os próprios antropólogos tendiam, em parte, a realizar.

Devemos, pois, insistir em indagar se não há outras possibilidades de atividades técnicas para a antropologia.

Seria avançar demais afirmar que já existem aplicações técnicas da antropologia propriamente ditas. O que há atualmente é uma tentativa de criá-las. A questão se prende às duas correntes de interpretação do desenvolvimento que se espera venham a ter os estudos antropológicos. De um lado temos Kroeber, Redfield e outros a marcarem o destino humanista da antropologia. De outro lado, Chapple, Lloyd Warner, Daryll Forde e muitos mais a admitirem a formação de uma "antropologia aplicada".

Para a primeira corrente do pensamento, como teve Redfield ocasião de expor em trabalho recente³, a antropologia no seu propósito, amplo e integrado, de compreender a natureza humana, cada vez mais estende suas fronteiras de contacto com outras ciências. Com isto intensifica-se a troca de influências entre estas e a antropologia. Todavia, isto se faz sem perder a antropologia suas características de ciência à parte, ou seja,

o seu propósito de compreensão integral da natureza humana. Por outras palavras, mostra a antropologia, no seu desenvolvimento, certa resistência a fragmentar-se em várias outras ciências novas ou a confundir-se com outras já existentes.

Segundo este ponto de vista, as possibilidades de aplicação prática na antropologia estão, praticamente, afastadas, ao menos no plano rigorosamente técnico. A questão se colocaria mais ou menos, nos seguintes termos. Da antropologia pode-se esperar a fecundação dos campos de contacto com outras ciências. Poderá daí resultar desgarrarem-se, com o andar dos anos, técnicas precisas que darão origem a setores restritos de especialização de conhecimentos práticos, como, aliás, já podemos entrever no caso dos antropometristas, dos professores de línguas não-indo-européias, dos conselheiros de relações humanas nas indústrias. Todavia, a antropologia continuará a ser coisa distinta. Se a medicina começou como profissão e deu motivo ao aparecimento das ciências médicas, ao contrário, a antropologia começou como ciência e dará aparecimento às profissões que poderíamos denominar antropológicas, se não acontecesse que, mal desgarradas do seio materno, num esforço de auto-afirmação, êsses rebentos logo procuram um nome próprio que, tanto quanto possível, os distinga do tronco materno. E, como costuma ocorrer na história das profissões, acabarão tendo seus especialistas, dêles excluindo, afinal, os próprios antropólogos. Assim, para técnicos de relações humanas na indústria, no Brasil, não se pensa em recrutar antropólogos; com o tempo êles estarão oficialmente barrados dessa profissão, ainda que esta possa se abrir para outros profissionais em condições, atualmente, de pleitear tais direitos, como os assistentes sociais, os advogados especializados na legislação trabalhista. O mesmo se diria com relação aos antropólogos especializados em questões econômicas indigenistas, caboclas ou rurais.

Nesta Reunião, o Dr. Darci Ribeiro chamou a atenção para o "drama" do aluno formado pela Escola de Sociologia e Política que é barrado da atividade de assistente das cadeiras de antropologia das universidades, como o da carreira, recentemente regulamentada, de economista. Todavia, no que diz respeito ao aluno que se dedicou à antropologia, aceita a interpretação de Redfield, a sua situação é mais "profundamente dramática", pois que o destino da antropologia seria fomentar o aparecimento de campos novos de atividade profissional para os quais o antropólogo *tout court* não teria acesso.

Para a outra corrente de interpretação do desenvolvimento da antropologia, ou seja, o grupo da "antropologia aplicada", não há uma análise compreensiva das suas múltiplas e variadas manifestações. De certo modo a posição assumida por Elliot D. Chapple e, em geral, pelos antropólogos norte-americanos, é a mais extremada. Elliot D. Chapple⁴ parte da afirmativa cautelosa, ordinariamente aceita por este grupo de

antropólogos, de que a "antropologia aplicada" *descreve e procura compreender* o processo de mudança social de determinadas instituições contemporâneas sem pretender influir para que a mudança se faça num ou noutro sentido. Com isto, distingue o "antropólogo prático" do "engenheiro ou administrador social". Todavia, com a insistência em que o "antropólogo prático" deve chegar a técnicas precisas de "testar" as relações humanas (de que é exemplo o cronógrafo de interações do próprio Chapple) deixa bem claro que o antropólogo deve abandonar a atitude de compreensão integral do processo de mudança social, para desenvolver instrumentos específicos e precisos de atuação. A "antropologia aplicada", entre os antropólogos ingleses, caracteriza-se antes como atividade de *staff*⁵. A função do "antropólogo aplicado" é estudar determinada situação que lhe seja proposta pelo administrador de modo a auxiliar a atuação deste último. É uma posição em que, como ocorre na Holanda⁶, a separação entre o antropólogo e o engenheiro social é mantida para comodidade ou desespero de ambos. A "antropologia aplicada" se caracteriza, então, em princípio, pelo fato de que a seleção dos objetos de estudo é feita em termos das conveniências do administrador ou gerente. Cabe a este admitir ou não que tais estudos se façam com inteira liberdade, de modo que, por fim, resulte servirem, também, à ciência antropológica.

No estado atual dos estudos antropológicos no Brasil, é preferível adotar a posição defendida por Redfield, que dá destaque à idéia de que o desenvolvimento da antropologia se deve fazer segundo a compreensão dos próprios antropólogos (o que tem sido chamado "ciência acadêmica" ou "ciência pura"). Ilusório é supor que a antropologia encontraria mais facilidade para obter recursos para seus trabalhos científicos quando se entregasse desbragadamente às aplicações práticas. Muito grande é, em nossa sociedade, o prestígio da ciência pura para justificar a nossa impressão de que, da boa utilização desse prestígio advirão mais duradouros e valiosos recursos para as pesquisas antropológicas. Por outro lado, quando aos próprios antropólogos, despidos de partidarismo e espírito utilitário, cabe dar expansão aos seus estudos, é de se esperar mais sérios e rápidos progressos no conhecimento da natureza humana, sem o que é irrisória qualquer "antropologia aplicada" entre nós. Na verdade, não podemos nos esquecer de que muito pouco é o que temos feito até agora neste campo de estudos. Como tantas vezes nesta Reunião se repetiu, não possuímos sequer escolas para a formação regular de antropólogos. Aquêles que assim denominamos — quando não tenham recebido um curso em país estrangeiro — não seguiram, em nossas escolas, senão um curso introdutório dado a pessoas de que não se espera se tornem antropólogos e sim geógrafo, historiador ou "cientista social".

A compreensão de uma "antropologia aplicada" devemos ir desenvolvendo e ajustando com cautela. Tanto a posição do "antropólogo

engenheiro social”, como a do “antropólogo auxiliar do engenheiro social” comportam problemas sérios para o desenvolvimento da ciência antropológica, o que é, no fim de contas, o que mais importa pôr em destaque nesta Reunião de caráter científico. Nossa tendência, até agora, tem sido a de usar o antropólogo e o sociólogo para estudos que o administrador público reputa necessários à sua atuação, quer quanto ao planejamento, quer à organização e fixação de métodos de trabalho. É o antropólogo como agente de *staff*. Nesse sentido a experiência do Serviço de Proteção aos Índios, da Secretaria da Educação da Bahia, da Comissão do Vale do Rio Doce, da Comissão do Vale do Rio São Francisco, do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, do Instituto Joaquim Nabuco e de outras entidades deveriam ser objeto de comunicações nesta Reunião. O último dos institutos citados — Joaquim Nabuco, de Recife — é talvez o único com propósitos de estudos práticos no campo das ciências sociais. Devemos sua criação à proposta de Gilberto Freyre no Congresso Federal. Justificando-a, Gilberto Freyre sustentou duas teses que merecem, nesta ocasião, ser objeto de reflexão⁷. Mostrou a conveniência de criar o instituto a serviço de uma região cultural (o Nordeste agrário), prevendo que outros deveriam ser instalados nas demais regiões culturais do país. Também, afirmou que tais institutos não se integrariam às universidades, ainda que devessem manter relações estreitas com tôdas as universidades e governos estaduais e municipais da região a que procurem servir.

Num âmbito mais amplo, o Museu Paranaense e as instituições que dêle surgiram representam também uma experiência de interesse para a antropologia e que aqui será relatada pelo Prof. Loureiro Fernandes. A significação dos trabalhos do Museu Nacional, tanto nos estudos de ciência pura como aplicada (a sua colaboração, v.g., nos estudos de Cabo Frio), foram várias vezes mencionados neste recinto e a respeito dêles acabamos de ouvir a interessantíssima exposição de D. Heloísa Alberto Tôrres.

NOTAS

(1) Talcott Parsons, “The Professions and Social Structure”, in *Essays in Sociological Theory Pure and Applied*, The Free Press, Glencoe, 1949.

(2) John H. Rowe, “Technical Aids in Anthropology: A Historical Survey”, in *Anthropology Today*, ed. by A. L. Kroeber, The University of Chicago Press, Chicago, 1953.

(3) Robert Redfield, “Relations of Anthropology to the Social Sciences and to the Humanities”, in *Anthropology Today*, ed. by A. L. Kroeber, The University of Chicago Press, Chicago, 1953; págs. 728-740.

(4) Elliot D. Chapple, "Applied Anthropology in Industry", in *Anthropology Today*, ed. by A. L. Kroeber, Chicago, 1953; págs. 819-831.

(5) Daryll Forde, "Applied Anthropology in Government: British Africa", in *Anthropology Today*, ed. A. L. Kroeber, Chicago, 1953; págs. 841-865.

(6) G. Jan Held, "Applied Anthropology in Government: The Netherlands", in *Anthropology Today*, ed. by A. L. Kroeber, Chicago, 1953; págs. 866-879.

(7) V. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, vol. I, n.º 1, Recife, 1952.